

# SAÚDE E VIDA

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



# 2

VOLUME



# SAÚDE E VIDA

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



2

VOLUME





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



#### LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos SAÚDE E VIDA - UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 2 de [SCISAUDE](https://www.scisaude.com.br) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/saude-e-vida-uma-abordagem-multidisciplinar-2/46>

2024 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE





# *SAÚDE E VIDA - UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 2*

## **ORGANIZADORES**

**Me. Paulo Sérgio da Paz Silva Filho**

<http://lattes.cnpq.br/5039801666901284>

<https://orcid.org/0000-0003-4104-6550>

**Esp. Lennara Pereira Mota**

<http://lattes.cnpq.br/3620937158064990>

<https://orcid.org/0000-0002-2629-6634>

### **Editor chefe**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

### **Projeto gráfico**

Lennara Pereira Mota

### **Diagramação:**

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

### **Revisão:**

Os Autores



## Conselho Editorial

Ana Karoline Alves da Silva

Antonio Alves de Fontes Junior

Isabelle de Fátima Vieira Camelo Maia

Antonio Beira de Andrade Junior

Jamile Xavier de Oliveira

Carla Fernanda Couto Rodrigues

Lennara Pereira Mota

Davi Leal Sousa

Luana Bastos Araújo

Dayane Dayse de Melo Costa

Mabliny Thuany Gonzaga Santos

Drielli Holanda da Silva

Maria Vitalina Alves de Sousa

Fabiane dos Santos Ferreira

Mariana Carolini Oliveira Faustino

Francine Castro Oliveira

Marques Leonel Rodrigues da Silva

Giovanna Carvalho Sousa Silva

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Rousilândia de Araujo Silva

Salatiel da Conceição Luz Carneiro



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Saúde e vida [livro eletrônico] : uma abordagem  
multidisciplinar : volume 2 / organização Paulo  
Sérgio da Paz Silva Filho Sérgio, Lennara  
Pereira Mota. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2024.  
PDF

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-85376-35-8

1. Artigos científicos - Coletâneas  
2. Multidisciplinaridade 3. Sistema Único de Saúde  
(Brasil) 4. Saúde pública I. Sérgio, Paulo Sérgio da  
Paz Silva Filho. II. Mota, Lennara Pereira.

24-211984

CDD-362

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde pública : Artigos : Coletâneas 362

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.56161/sci.ed.202406133



978-65-85376-35-8



SCISAUDE  
Teresina – PI – Brasil  
scienceesaude@hotmail.com  
[www.scisaude.com.br](http://www.scisaude.com.br)





# APRESENTAÇÃO

O E-BOOK “SAÚDE E VIDA - UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR 2” através de trabalhos científicos aborda em seus capítulos o conhecimento multidisciplinar que compõe sobre a saúde pública. Almeja-se que a leitura deste e-book possa incentivar o desenvolvimento de estratégias de atuação coletiva e educacional, visando promoção da saúde pública

Uma equipe formada por profissionais de diferentes áreas de formação que atuam em conjunto no atendimento aos pacientes. Cada profissional contribui com seu conhecimento a fim de proporcionar ao paciente os melhores resultados em seu diagnóstico, tratamento e recuperação. Nesse sentido, a composição da equipe depende das demandas que a clínica atende. Portanto, o número de profissionais e suas especialidades varia de empresa para empresa. No entanto, os profissionais que geralmente fazem parte de uma equipe multidisciplinar são: Médicos; Enfermeiros; Fisioterapeutas; Psicólogos; Nutricionistas; Terapeutas ocupacionais; Assistentes sociais, entre outros.

Uma equipe multidisciplinar é capaz de avaliar o problema do paciente a partir de diferentes perspectivas para elaborar um diagnóstico minucioso. Assim, a equipe conta com diversas abordagens para selecionar as terapias mais adequadas para o quadro clínico da pessoa. Isso significa uma maior eficácia do plano de tratamento e, conseqüentemente, no processo de recuperação do paciente.

Para apresentar uma gestão eficiente, é essencial que toda a equipe tenha reuniões clínicas frequentes, apontando os resultados, os pontos que necessitam de melhoria e quais aspectos não precisam ser modificados. Para isso, vale a pena investir em programas cujo foco é a capacitação desses profissionais.

Boa leitura!



# Sumário

CAPÍTULO 1 .....	10
BIOMECÂNICA DA MARCHA EM IDOSOS FISICAMENTE ATIVOS E SEDENTÁRIOS: UMA BREVE REVISÃO NARRATIVA .....	10
<b>10.56161/sci.ed.202406133C1 .....</b>	<b>10</b>
CAPÍTULO 2 .....	20
DESAFIOS NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM ÁREAS RURAIS: ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA .....	20
<b>10.56161/sci.ed.202406133C2 .....</b>	<b>20</b>
CAPÍTULO 3 .....	32
PRIMEIRO PASSO DO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: WORKSHOP DE DEFESA PESSOAL PARA MULHERES .....	32
<b>10.56161/sci.ed.202406133C3 .....</b>	<b>32</b>
CAPÍTULO 4 .....	46
AÇÃO EDUCATIVA APLICADA POR ENFERMEIROS AOS PACIENTES NO PERIOPERATÓRIO DE CIRURGIA VALVAR.....	46
<b>10.56161/sci.ed.202406133C4 .....</b>	<b>46</b>
CAPÍTULO 5 .....	53
PROMOÇÃO A SAÚDE DA MULHER NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA .....	53
<b>10.56161/sci.ed.202406133C5 .....</b>	<b>53</b>
CAPÍTULO 6 .....	63
O PAPEL DO FARMACÊUTICO NAS INTOXICAÇÕES MEDICAMENTOSAS EM CRIANÇAS E IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA .....	63
<b>10.56161/sci.ed.202406133C6 .....</b>	<b>63</b>
CAPÍTULO 7 .....	73
DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO (DRGE) - TRATAMENTO MULTIMODAL ...	73
<b>10.56161/sci.ed.202406133C7 .....</b>	<b>73</b>
CAPÍTULO 8 .....	93
ULTRASSONOGRAFIA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COMO METODOS PARA AVALIAÇÃO DE QUADROS DA COLECISTITE AGUDA .....	93
<b>10.56161/sci.ed.202406133C8 .....</b>	<b>93</b>
CAPÍTULO 9 .....	103
A CORRELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E GASTROINTESTINAL.....	103



<b>10.56161/sci.ed.202406133C9</b> .....	<b>103</b>
CAPÍTULO 10 .....	122
A EFICÁCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	122
<b>10.56161/sci.ed.202406133C10</b> .....	<b>122</b>
CAPÍTULO 11 .....	137
A PROGRESSÃO DA CIRROSE HEPÁTICA: DA ESTEATOSE À INSUFICIÊNCIA HEPÁTICA .....	137
<b>10.56161/sci.ed.202406133C11</b> .....	<b>137</b>
CAPÍTULO 12 .....	152
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO CÂNCER NA POPULAÇÃO IDOSA.....	152
<b>10.56161/sci.ed.202406133C12</b> .....	<b>152</b>
CAPÍTULO 13 .....	165
A IMPORTÂNCIA DA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DA ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR NO DIAGNÓSTICO DAS DISFUNÇÕES TEMPOROMANDIBULARES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	165
<b>10.56161/sci.ed.202406133C13</b> .....	<b>165</b>
CAPÍTULO 14 .....	179
ESTUDO DA DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X NO ESTADO DO PIAUÍ.....	179
<b>10.56161/sci.ed.202406133C14</b> .....	<b>179</b>
CAPÍTULO 15 .....	188
MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO: DETECÇÃO PRECOSE DO CÂNCER DE MAMA EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE.....	188
<b>10.56161/sci.ed.202406133C15</b> .....	<b>188</b>
CAPÍTULO 16 .....	195
O SUS NA RADIOTERAPIA DO ESTADO DO MARANHÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	195
<b>10.56161/sci.ed.202406133C16</b> .....	<b>195</b>
CAPÍTULO 17 .....	203
A EVOLUÇÃO DA DETECÇÃO AUTOMATIZADA DE ANOMALIAS EM EXAMES DE IMAGEM POR MEIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	203
<b>10.56161/sci.ed.202406133C17</b> .....	<b>203</b>
CAPÍTULO 18 .....	215
IMPACTO DAS INTERVENÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA NA MORTALIDADE INFANTIL EM REGIÕES DE BAIXA RENDA .....	215
<b>10.56161/sci.ed.202406133C18</b> .....	<b>215</b>





# CAPÍTULO 18

## IMPACTO DAS INTERVENÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA NA MORTALIDADE INFANTIL EM REGIÕES DE BAIXA RENDA

IMPACT OF PUBLIC HEALTH INTERVENTIONS ON INFANT MORTALITY IN LOW-INCOME REGIONS

 10.56161/sci.ed.202406133C18

**Pâmella Suyly Gomes Lopes**

Psicóloga Esp. em Análise do Comportamento Aplicada e Mestrando em Educação pela Unicidade  
<https://orcid.org/0009-0001-2831-3207>

**Aline Pereira Fróis**

Enfermeira Esp. em Saúde Pública/Saúde da Família e Enfermagem do Trabalho e Educação a Distância pela FUNORTE  
<https://orcid.org/0009-0003-4430-9296>

**Rafael Barbosa de Moraes**

Bacharel em Serviço Social Esp. em Saúde da População em Situação de Rua <https://orcid.org/0009-0008-5263-8520>

**Ana Paula Viana Lopes**

Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará – UECE  
<https://orcid.org/0009-0001-4231-2649>

**Valdileni Rodrigues Lima**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Do Pará - UFPA  
<https://orcid.org/0009-0002-1050-6921>

**Luanna Maura da Silva Araújo**

Licenciada em Biologia pela Universidade Federal do Piauí  
<https://orcid.org/0009-0007-7969-3039>

**Gabriel Felipe Alcobaça Silva**

Farmacêutico pela Christus Faculdade do Piauí - CHRISFAPI  
<https://orcid.org/0000-0002-9168-1109>

**Mateus Henrique Dias Guimarães**

Mestrado em Saúde Pública pela Universidad Europea Del Atlántico  
<https://orcid.org/0009-0008-0206-0011>

**Valter Gabriel da Rocha da Silva**

Mestre em Saúde Pública pela Unirio  
<https://orcid.org/0009-0009-2450-3407>

**Sillwe Capitulino Farias Costa**



## RESUMO

Este estudo analisa o impacto das intervenções de saúde pública na redução da mortalidade infantil em regiões de baixa renda, destacando ações preventivas, nutricionais e neonatais, além dos desafios estruturais no Brasil. Foi realizada uma revisão bibliográfica exploratória e descritiva com base em 12 estudos selecionados entre 52 identificados em bases científicas, utilizando critérios de relevância temática, qualidade metodológica e disponibilidade de dados empíricos. As intervenções analisadas, como campanhas de imunização, programas de suplementação nutricional e práticas de cuidado neonatal, incluindo o método mãe-canguru, demonstraram impacto significativo na redução das taxas de mortalidade infantil. Iniciativas educativas em escolas também se destacaram por promover mudanças comportamentais de longo prazo. No entanto, persistem desafios como a insuficiência de políticas para prevenir nascimentos pré-termo, a judicialização da saúde e o acesso desigual aos serviços básicos. Concluiu-se que as intervenções de saúde pública desempenham papel essencial na redução da mortalidade infantil, mas requerem maior integração, investimentos contínuos e estratégias que assegurem equidade e sustentabilidade a longo prazo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mortalidade infantil; Saúde pública; Regiões de baixa renda

## ABSTRACT


This study analyzes the impact of public health interventions on reducing infant mortality in low-income regions, focusing on preventive, nutritional, and neonatal actions, as well as structural challenges in Brazil. An exploratory and descriptive bibliographic review was conducted, based on 12 studies selected from 52 identified in scientific databases, considering thematic relevance, methodological quality, and availability of empirical data. The analyzed interventions, such as immunization campaigns, nutritional supplementation programs, and neonatal care practices, including the kangaroo mother method, significantly contributed to reducing infant mortality rates. Educational initiatives in schools also stood out for promoting long-term behavioral changes. However, challenges remain, such as insufficient policies to prevent preterm births, health judicialization, and unequal access to basic services. It was concluded that public health interventions play a crucial role in reducing infant mortality but require greater integration, continuous investment, and strategies that ensure equity and sustainability in the long term.

**KEYWORDS:** Infant mortality; Public health; Low-income regions

## 1. INTRODUÇÃO

A mortalidade infantil configura-se como um dos indicadores mais sensíveis da qualidade de vida de uma população, sendo reflexo direto das condições socioeconômicas, da disponibilidade de serviços de saúde e da efetividade das políticas públicas implementadas (RIBEIRO et al., 2011). Em regiões de baixa renda, esse problema assume dimensões alarmantes, uma vez que crianças enfrentam maior exposição a fatores como desnutrição, baixa cobertura vacinal, ausência de cuidados neonatais adequados e precárias condições sanitárias (FERNANDES et al., 2019). Tais desigualdades, enraizadas em contextos de vulnerabilidade





social, evidenciam não apenas uma questão de saúde, mas também um desafio ético e político para o enfrentamento das iniquidades estruturais (LOPES et al., 2017).

Nesse cenário, as intervenções de saúde pública emergem como ferramentas essenciais para a redução da mortalidade infantil, oferecendo soluções que vão desde a prevenção até o tratamento especializado. Programas de imunização, como os analisados por Luhm e Waldman (2009), têm demonstrado impacto significativo ao prevenir doenças infecciosas que historicamente foram causas recorrentes de óbitos infantis em contextos vulneráveis. Simultaneamente, iniciativas voltadas para a suplementação nutricional, como as descritas por Augusto (2009), têm contribuído para mitigar os efeitos da desnutrição, especialmente em crianças menores de dois anos, faixa etária particularmente suscetível. No mesmo sentido, práticas de cuidado neonatal, como o método mãe-canguru, mostram-se altamente eficazes no cuidado de recém-nascidos prematuros ou de baixo peso, conforme destacado por Tenorio et al. (2017).


Ademais, intervenções educativas, como aquelas realizadas em contextos escolares, também têm se mostrado promissoras ao integrarem saúde e educação, promovendo hábitos saudáveis e envolvendo famílias e comunidades em um processo de conscientização mais amplo (CID; GASPARINI, 2015). No entanto, mesmo diante dos avanços observados, persistem desafios significativos, como a insuficiência no acompanhamento pré-natal em populações marginalizadas, a judicialização da saúde – que reflete limitações de acesso equitativo aos serviços públicos – e a carência de políticas mais abrangentes voltadas para a prevenção de nascimentos pré-termo (RIBEIRO et al., 2011; LOPES et al., 2017).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar o impacto das intervenções de saúde pública na redução da mortalidade infantil em regiões de baixa renda, explorando suas contribuições, limitações e os desafios ainda existentes. A análise será fundamentada em uma revisão de literatura, considerando estudos que discutem tanto as ações preventivas e educativas quanto os aspectos estruturais das políticas públicas no contexto brasileiro. Espera-se que esta pesquisa ofereça subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes e equitativas, reafirmando a importância de uma abordagem integrada e fundamentada na justiça social, capaz de assegurar o direito à saúde e à vida para todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo foi desenvolvido com base em uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, utilizando artigos publicados em periódicos científicos reconhecidos,






entre os anos de 2003 e 2019, para analisar o impacto das intervenções de saúde pública na mortalidade infantil em regiões de baixa renda. Para a realização deste estudo, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: mortalidade infantil, intervenções de saúde pública, regiões de baixa renda, imunização, suplementação nutricional, cuidado neonatal, promoção de saúde e políticas públicas no Brasil. A busca inicial, realizada em bases de dados científicas, identificou 52 estudos que abordavam, direta ou indiretamente, as intervenções de saúde pública e seus impactos na mortalidade infantil em regiões de baixa renda. Após a aplicação de critérios específicos de inclusão e exclusão, foram selecionados 12 estudos para compor a revisão bibliográfica, priorizando aqueles que apresentavam maior relevância e qualidade metodológica em relação ao objetivo desta pesquisa.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos que abordassem intervenções de saúde pública diretamente relacionadas à redução da mortalidade infantil em populações vulneráveis. Foram selecionados estudos publicados entre 2003 e 2019, de modo a garantir a atualidade e a relevância dos dados analisados, sendo incluídas publicações nos idiomas português, inglês e espanhol. Os trabalhos considerados deveriam apresentar dados empíricos, quantitativos ou qualitativos, que permitissem analisar o impacto das intervenções, como imunização, suplementação nutricional, cuidados neonatais e promoção de saúde no ambiente escolar, bem como artigos que discutissem os desafios estruturais das políticas públicas voltadas para essa questão.

Por outro lado, os critérios de exclusão compreenderam artigos que não apresentassem relação direta com o tema, como aqueles que discutissem intervenções genéricas ou que não tivessem foco em regiões de baixa renda. Estudos duplicados, encontrados em mais de uma base de dados, foram contabilizados apenas uma vez, e publicações que não apresentassem rigor metodológico ou dados empíricos consistentes também foram excluídas. Por fim, artigos incompletos ou indisponíveis integralmente para leitura foram desconsiderados. Com essa seleção criteriosa, garantiu-se que apenas estudos de alta qualidade e pertinência fossem incluídos, permitindo uma análise mais precisa e fundamentada sobre o impacto das intervenções de saúde pública na mortalidade infantil em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

A análise seguiu uma abordagem qualitativa, na qual os dados foram organizados em categorias temáticas que englobam prevenção, nutrição, cuidado neonatal e desafios estruturais. Cada tema foi discutido em relação ao impacto das intervenções no contexto de regiões de baixa renda, considerando fatores socioeconômicos, culturais e políticos que influenciam os resultados observados. Ao priorizar estudos que oferecem dados empíricos e análises teóricas





sobre a eficácia de políticas públicas, buscou-se construir um panorama abrangente e fundamentado.

Dada a natureza do estudo, que se baseia exclusivamente em análise de dados secundários e não envolve sujeitos de pesquisa, a aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) não foi necessária. Contudo, os artigos utilizados respeitam as diretrizes éticas aplicáveis às suas respectivas metodologias. Esta abordagem permite oferecer uma visão integrada sobre o tema, ressaltando tanto os avanços alcançados quanto as lacunas que ainda precisam ser enfrentadas para garantir a efetividade das intervenções.


### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da análise das intervenções de saúde pública em regiões de baixa renda demonstram, de maneira inequívoca, o impacto transformador que políticas bem direcionadas podem exercer sobre a mortalidade infantil, ainda que sua implementação seja frequentemente acompanhada por desafios complexos decorrentes das desigualdades estruturais que permeiam essas localidades. As ações analisadas – que englobam estratégias de imunização, suplementação nutricional, cuidados neonatais e campanhas educativas – revelam não apenas a capacidade de reduzir mortes evitáveis, mas também o potencial de modificar o panorama social, promovendo justiça e equidade no acesso à saúde.

As campanhas de imunização, que figuram como pilares fundamentais no combate à mortalidade infantil, exemplificam a capacidade das políticas públicas de intervir preventivamente em contextos de vulnerabilidade. Segundo Luhm e Waldman (2009), a implementação de sistemas informatizados para o registro de imunizações não apenas otimizou a gestão e distribuição de vacinas, mas também ampliou a cobertura de forma significativa, garantindo proteção contra doenças infecciosas que, historicamente, foram causas recorrentes de morte infantil, como o sarampo e a coqueluche. Esses sistemas, ao oferecerem monitoramento contínuo, demonstraram ser uma ferramenta indispensável para prever surtos, identificar lacunas na cobertura vacinal e implementar estratégias corretivas em tempo hábil. Dessa forma, as campanhas de imunização transcendem seu objetivo inicial, desempenhando um papel educativo ao conscientizar a população sobre a importância da vacinação, além de reforçarem a confiança no sistema de saúde pública como um todo.

Entretanto, a imunização, embora essencial, não opera de maneira isolada; sua eficácia é amplificada quando associada a outras iniciativas que abrangem aspectos igualmente críticos para a saúde infantil. As ações educativas, sobretudo aquelas realizadas em contextos escolares,






são um exemplo claro de como estratégias intersetoriais podem produzir efeitos amplificados. O estudo de Cid e Gasparini (2015) evidencia que programas integrados de promoção à saúde mental e física em escolas têm o poder de criar uma rede de conscientização que se expande para além das salas de aula, atingindo as famílias e comunidades ao redor. Essa abordagem utiliza a escola como um espaço privilegiado para ensinar práticas de higiene, alimentação saudável e prevenção de doenças, enquanto também aborda questões mais amplas, como a violência doméstica e a importância do acompanhamento médico regular. Ao transformar crianças em agentes multiplicadores de conhecimento, essas intervenções promovem mudanças estruturais que, embora sutis no início, podem produzir impactos significativos no longo prazo.

Outro ponto crucial identificado nos resultados refere-se ao papel da suplementação nutricional no combate à desnutrição infantil, uma das principais causas subjacentes de mortalidade em regiões de baixa renda. Augusto (2009), ao avaliar os efeitos do programa governamental de distribuição de leite fortificado, destaca que a oferta de alimentos enriquecidos com nutrientes essenciais foi capaz de reduzir substancialmente os índices de desnutrição em crianças menores de dois anos, faixa etária particularmente vulnerável. Esse tipo de intervenção, ao assegurar a ingestão de vitaminas e minerais essenciais, não só melhora os indicadores de saúde a curto prazo, mas também tem implicações duradouras no desenvolvimento físico e cognitivo, preparando as crianças para desafios futuros e permitindo que alcancem seu pleno potencial. Contudo, é importante ressaltar que a suplementação, por mais eficaz que seja, deve ser acompanhada de iniciativas educativas que capacitem pais e cuidadores a adotarem hábitos alimentares mais saudáveis, evitando que a dependência exclusiva de programas governamentais perpetue ciclos de vulnerabilidade.

Paralelamente, as práticas inovadoras no cuidado neonatal representam outro pilar fundamental no enfrentamento à mortalidade infantil, especialmente em contextos onde a infraestrutura hospitalar é limitada. O método mãe-canguru, descrito por Tenorio et al. (2017), exemplifica como soluções aparentemente simples podem produzir resultados extraordinários. Essa abordagem, que prioriza o contato pele a pele entre mãe e bebê, não apenas reduz os índices de mortalidade neonatal, mas também melhora parâmetros fisiológicos, como a regulação térmica e a estabilização dos batimentos cardíacos, além de promover vínculos afetivos mais sólidos que impactam positivamente o desenvolvimento emocional do recém-nascido. Em regiões onde o acesso a incubadoras e outros equipamentos médicos é restrito, o método mãe-canguru oferece uma alternativa viável e eficiente, reforçando a ideia de que a inovação nem sempre está associada a altos custos, mas sim a práticas baseadas em evidências científicas e adaptadas às realidades locais.






Contudo, apesar dos avanços descritos, os desafios enfrentados por essas intervenções não podem ser ignorados, pois refletem as limitações e os obstáculos impostos pelas desigualdades sociais e econômicas. Ribeiro et al. (2011), ao analisarem o nascimento pré-termo como um problema de saúde pública, apontam que, embora o fenômeno seja amplamente reconhecido, ainda existem lacunas consideráveis na prevenção e no tratamento de seus fatores de risco, especialmente em regiões mais carentes. Da mesma forma, Fernandes et al. (2019), ao traçarem o perfil de gestantes adolescentes em um hospital de referência, evidenciam que a falta de educação sexual adequada e o acesso limitado ao pré-natal de qualidade aumentam significativamente as chances de complicações durante a gestação, colocando em risco tanto a vida da mãe quanto a do bebê. Esses dados ressaltam a necessidade urgente de investir em políticas que abordem as causas estruturais dessas vulnerabilidades, desde a educação básica até o fortalecimento da atenção primária à saúde.

Além disso, a judicialização da saúde, como observado por Lopes et al. (2017), emerge como uma manifestação das desigualdades persistentes no acesso a serviços essenciais. Em muitos casos, as populações mais pobres recorrem ao sistema judiciário para garantir o cumprimento de direitos básicos, expondo falhas no planejamento e na execução das políticas de saúde. Essa realidade, ao mesmo tempo que denuncia as lacunas existentes, também evidencia a resiliência das populações afetadas, que, mesmo diante de barreiras significativas, buscam formas de assegurar sua sobrevivência.

Por fim, as ações de prevenção de acidentes e violências, analisadas por Pordeus e Fraga (2003), revelam um aspecto frequentemente negligenciado nas discussões sobre mortalidade infantil. Em regiões de baixa renda, onde as condições habitacionais e de segurança são precárias, as crianças estão constantemente expostas a riscos que vão desde quedas e queimaduras até situações de violência doméstica. As políticas públicas voltadas para a prevenção desses eventos não apenas salvam vidas, mas também promovem uma cultura de proteção e cuidado que é essencial para o desenvolvimento infantil.

Portanto, a análise dos resultados aponta para a importância de uma abordagem integrada, na qual intervenções específicas – como imunização, suplementação, cuidado neonatal e educação – sejam combinadas em estratégias amplas que considerem as diversas dimensões da saúde infantil. Essas ações, ao aliar prevenção, tratamento e conscientização, não apenas reduzem os índices de mortalidade, mas também criam as bases para sociedades mais saudáveis e igualitárias. Contudo, para que esses avanços sejam sustentáveis, é imprescindível um compromisso contínuo por parte dos governos, da sociedade civil e das instituições de saúde, garantindo que as intervenções não apenas respondam às necessidades





imediatas, mas também promovam transformações estruturais que assegurem o direito à vida e à dignidade para todas as crianças.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a imunização como um pilar preventivo indispensável, fica evidente que o uso de sistemas informatizados para registro e monitoramento de vacinas é uma ferramenta essencial, tanto para ampliar a cobertura vacinal quanto para reforçar a confiança da população no sistema de saúde. Da mesma forma, a suplementação nutricional emergiu como uma estratégia fundamental para combater a desnutrição, demonstrando que políticas bem implementadas podem interromper ciclos intergeracionais de vulnerabilidade. No âmbito neonatal, práticas como o método mãe-canguru destacaram-se por sua simplicidade e eficácia, oferecendo alternativas acessíveis e eficazes em contextos de infraestrutura limitada. As ações educativas, por sua vez, reafirmaram a importância de uma abordagem intersetorial, que reconheça o papel das escolas e das comunidades como agentes transformadores da saúde pública.

Portanto, conclui-se que as intervenções de saúde pública analisadas, apesar de seus desafios, representam avanços significativos na luta pela redução da mortalidade infantil, reafirmando o compromisso ético e político com o direito à saúde. Para que esses avanços se consolidem, é indispensável investir em estratégias que integrem diferentes dimensões do cuidado infantil, promovam a equidade no acesso aos serviços de saúde e fortaleçam a prevenção como um eixo central das políticas públicas. Assim, a mortalidade infantil, enquanto um dos indicadores mais sensíveis das condições de vida de uma população, pode ser efetivamente enfrentada, não apenas como um problema de saúde, mas também como uma questão de justiça social e desenvolvimento humano.


## REFERÊNCIAS

ALECRIM, J. et al. Prevalência de obesidade infantil em uma escola pública da cidade de Ipatinga (MG). *Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, v. 22, n. 1, 2018, p. 22-26.

AUGUSTO, Rosângela Aparecida. Avaliação da efetividade de programa governamental de distribuição de leite fortificado no crescimento de crianças de 6 a 24 meses. *Revista Saúde Pública*, v. 43, n. 4, 2009, p. 719-727.

CID, Maria Fernanda Barboza; GASPARINI, D. Ações de promoção à saúde mental infantojuvenil no contexto escolar: um estudo de revisão. *Revista da Universidade de*





**São Paulo**, v. 13, n. 1, 2015, p. 97-114.

DANTAS, Newton José de Oliveira. Marketing de alimentos e obesidade infantil: diretrizes para regulamentação. **Revista Jurídica da USP**, v. 6, n. 3, 2015, p. 141-146.

FERNANDES, Tatiana Santos Pelegrini et al. Perfil de gestantes adolescentes em um hospital de referência na Baixada Santista. **UNILUS Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 43, 2019, p. 43-53.

LOPES, Luciano Motta Nunes et al. A judicialização indireta da saúde: um estudo de caso sobre a experiência de Cachoeiro de Itapemirim/ES. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 4, 2017, p. 285-320.

LUHM, Karin Regina; WALDMAN, E. A. Sistemas informatizados de registro de imunização: uma revisão com enfoque na saúde infantil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 18, n. 1, 2009, p. 65-78.

PORDEUS, Augediva Maria Jucá; FRAGA, M. Ações de prevenção dos acidentes e violências em crianças e adolescentes, desenvolvidas pelo setor público de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, 2003, p. 1049-1056.

RIBEIRO, Marizélia Rodrigues Costa et al. Nascimento pré-termo: problema de saúde pública sobre o qual muito se fala e pouco se pesquisa e se previne no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 4, 2011, p. 397-406.

SÁ, Daniel Graça Fatori de et al. Fatores de risco para problemas de saúde mental na infância/adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 4, 2010, p. 643-652.

SOUZA, M.; OLIVEIRA, Camila Alves de; JUSTI, J. Percepção de puérperas sobre a atenção obstétrica oferecida pelo Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde em Debate**, v. 6, n. 1, 2017, p. 12-29.

TENORIO, E. et al. Avaliação dos parâmetros fisiológicos em recém-nascidos pré-termos de baixo peso antes e após a aplicação do método mãe-canguru. **Revista Brasileira de Neonatologia**, v. 11, n. 1, 2017, p. 44-48.



# SAÚDE E VIDA

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



2

VOLUME

